

DOI:10.4025/5cih.pphuem.2221

Uma Leitura do século XIV por meio da Literatura: uma análise da primeira novela da primeira jornada da obra *O Decameron* de Boccaccio

Flávio Rodrigues de Oliveira

Resumo: Esse texto teve como objetivo refletir acerca do período da Baixa Idade Média, mais especificamente, o século XIV, a partir da literatura boccacciana. Essa reflexão nos trouxe um olhar para um período de difícil significação aos seus contemporâneos. Foi interessante notar o quanto se tem produzido em defesa e na crítica a essa época, no momento atual. Assim, a proposta principal dessa temática foi perceber como os homens do século XIV constataavam as suas relações, ou seja, independente de se fazer ou não uma defesa acerca do período, buscamos compreendê-los como homens do seu tempo, com ideias e ações próprias para o modo com que concebiam o mundo naquele momento, sem criarmos juízos de valores. Desta maneira, optamos por uma abordagem histórica pautada nas mentalidades, tendo o seu principal defensor Johan Huizinga, seguido de autores como Jacques Le Goff, Jean Delumeau, Georges Duby, etc. apontando para uma história totalizante, a partir de uma fonte literária. Para uma abordagem da Peste Negra (1348), principal acontecimento histórico que motivou a narrativa das novelas boccaccianas, usaremos como referência o texto de Robert S. Gottfried, *La Muerte Negra: desastres naturales y humanos em la Europa medieval* e o próprio Boccaccio que em seu prefácio da obra *O Decamerão* fez um breve, porém, riquíssimo panorama de como a sociedade estava sendo conduzida devido aos males que assolaram a cidade de Florença. E devido ao trabalho com uma fonte que foi estigmatizada ao longo dos tempos, foi buscado fazer uma breve abordagem teórica do itinerário que possibilitou a literatura a ser pensada enquanto fonte histórica, autores como Marc Bloch e Peter Burke foram utilizados como referência para se pensar essa questão. É preciso esclarecer que a utilização de outros pensadores também se encontra inserida nessa análise na medida em que eles nos ajudaram a pensar o período da Baixa Idade Média. Desse modo, o trabalho encontra-se subdividido em três partes, em que na primeira, o nosso intento foi justificar a utilização da literatura enquanto fonte para o historiador. Na segunda parte foi visto uma discussão sobre o contexto histórico em que Boccaccio se encontrava, a partir de uma abordagem das mentalidades e da longa duração. E por terceiro buscou fazer uma comparação entre algumas questões do contexto florentino no qual Boccaccio encontra-se inserido analisando a novela inicial da primeira jornada de *O Decamerão*. Na novela em questão, foram comparadas algumas questões entre a literatura história e a ciência historiográfica, para por fim, observar em que medida tais pontos se convergem ou se divergem.

Palavras-chave: História da Educação. Baixa Idade Média. Literatura. *O Decamerão*.

Seria uma grande falácia para um historiador aventurar-se em descrever todo um século de transformações sociais por meio de uma única obra, seja ela literária, científica, religiosa, nobre, popular, etc. Dito de outra forma, o que deve ser esclarecido desde o princípio é que, nenhum historiador, por mais engenhoso que seja, daria conta de narrar uma história de um período cheio de mudanças, como o século XIV, com a utilização de único tipo de fonte.

Tais constatações nos levam às historiografias. Por muito tempo, se buscou narrar à história somente por meio dos fatos políticos. Era a chamada historiografia positivista que ganhou *corpus* com um discurso científico da forma de se fazer história com a utilização de documentos estritamente oficiais.

Segundo os grandes nomes dessa corrente, como o historiador Fustel de Coulanges, o ofício do historiador deveria se deter a partir desse momento, numa análise minuciosa sobre os textos factuais, inspirados nos métodos gramaticais para uma análise histórica. Para aquele momento (século XIX), havia grande interesse em que a história se tornasse uma ciência reconhecida, para isso ela precisaria abandonar algumas práticas mais empíricas e manter um discurso racionalizado. Em uma das suas obras, "*Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*", o historiador faz questão de deixar explícito qual seria o papel do historiador:

O historiador não deve ter outra ambição que a de ver bem os fatos e compreendê-los com exatidão. Não é em sua imaginação ou lógica que ele os procura, mas sim na observação minuciosa dos textos, da mesma maneira que o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas (COULANGES, 1965).

Estava, portanto, delimitado o ofício do historiador à apenas fontes que trouxessem esse caráter científico. Nesse momento, pesquisadores que ousassem pesquisas nos campos sociais, literários, psicológicos eram extremamente estigmatizados por essa corrente historiográfica.

Contudo, como a história em si já se faz de profundas mudanças, com a história da historiografia também não poderia ser diferente. Uma nova forma de pensar a história estava surgindo. Agora com um olhar para o sujeito como produto do quadro social em que estava inserido. Começa-se a formar a partir das análises de um grande filósofo do século XIX, Karl Marx, uma análise materialista da história. Passa-se agora a privilegiar também a história econômica e não só a história política como outrora.

No campo da historiografia foi uma grande transformação. Temos a partir desse momento a possibilidade de elencar a economia também como fonte. Vê-se que, no movimento dialético da história, se produz a própria história. Com a história econômica no cenário das pesquisas historiográficas, muda-se completamente a metodologia de pesquisa da sociedade, nota nas *lutas de classes*, o movimento, ou seja, a história do homem. Segundo Marx, na sua obra mais clássica e mais lida em todo o mundo:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições

de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado (MARX, 2001, p. 01-02).

O caso é que, com a historiografia econômica as portas foram abertas para se criticar o método de análise positivista. Para além disso, possibilitou-se um olhar para o outro, aquele que não era rei, não era bispo, não era nobre, não era papa. Permitiu olhar o ‘excluído’¹ que nunca tivera sido olhado até então.

A partir de então, vemos nos campos da historiografia uma intensa crítica dos marxistas ao positivismo, em relação ao critério de verdade absoluta, que esses últimos empregam. Entretanto, ainda que essa crítica persista, percebemos, na história feita por meio dos métodos dialéticos é tão “positiva”, no sentido primeiro do termo, quanto à feita pelos rankeanos e/ou comteanos, na medida em que tentam firmar a ideia inexorável de bem e mal.

Devido ao fato de não ter alcançado tanto êxito quanto gostaria no campo historiográfico, e, diga-se de passagem, também no campo político, essa corrente de análise histórica foi perdendo a sua vitalidade para inícios do primeiro quarto de hora do século XX, abrindo portas para o surgimento de outra corrente de análise historiográfica. Surge com Marc Bloch e Fernand Braudel, a corrente annalística. A publicação em 1929 da revista *Annales de história econômica e social* foi o marco histórico dos *Annales*.

É importante ressaltar que essa história linear que está se fazendo é somente para demarcar ainda que de forma imprecisa, o espaço de surgimentos das correntes historiográficas supracitadas. Porém, é de se fazer ressalvas quanto ao limite de cada uma delas. Não estamos tentando fazer uma história quadrada. É errônea ideia de que o marxismo enquanto metodologia histórica só aparece quando o positivismo está em queda. E isso também vale para os *Annales*. A história, não deve ser entendida como feitas inícios e rupturas, mas sim, como um todo complexo cheio de movimento.

Esclarecendo tais questões, retomamos os *Annales*, pois, será a partir deles que poderemos pensar na possibilidade de se analisar uma obra literária enquanto fonte para as pesquisas em história. Ou seja, a história foi para além dos documentos oficiais, que não se pautasse em determinismos de opressor e oprimido. Uma série de outros objetos foi considerado dentro da corrente analítica como passíveis de análises no âmbito da história. Segundo Bloch:

[...] Em lugar de um documento isolado, consideramos agora, conhecido por documentos numerosos e variados, um momento qualquer no desenrolar de uma civilização. Dos homens que viviam então, não havia um que não participasse, quase simultaneamente, de múltiplos aspectos do destino humano. Que não falasse e não fizesse entender por seus vizinhos; que não tivesse seus deuses; que não fosse produtor, traficante ou simples consumidor; que não tendo papel nos acontecimentos políticos, não sofresse pelo menos seus desdobramentos (BLOCH, 2001, p. 129).

O olhar referenciado por Bloch para os novos “documentos” – no sentido em que seria possível se registrar a história – possibilitou em ampla medida o olhar para o todo. Esse aspecto pode considerar como uma herança do marxismo. Os idealizadores dos *Annales* buscaram incessantemente fazer uma história totalizante.

Destarte, uma análise da literatura de Boccaccio só foi possível após toda essa transformação historiográfica. Vencidos esses obstáculos do trato com a fonte, nos resta ainda vencer os entraves conceituais a respeito do período medieval. Segundo ainda hoje persiste uma certa estigmatização da Idade Média, principalmente quando ela é analisada por meio dos viés renascentistas e iluministas. Nas palavras da autora: [...] “a historiografia quando retoma esse tempo histórico [...] mantém-se presa, de um modo geral, às lentes dos renascentistas e iluministas” (OLIVEIRA, 2011, p. 96).

Devemos entender, porém, que aquelas críticas renascentistas e iluministas à Idade Média, são históricas, por isso, se legitimam². Entretanto, esse mesmo olhar hoje é incabível e

visto como um olhar cheio de críticas e preconceitos para um período, não de trevas, mas de luz³.

Contudo, não foram somente os olhares externos que trouxeram dificuldades a respeito da medievalidade. Os conceitos utilizados pelos próprios medievistas foram motivos de atritos. Para não prolongar muito e não fugir do foco, citamos apenas um desses. Muito conhecida foi à revisão feita de Philippe Wolff⁴ ao neerlandês Johan Huizinga.

Em uma proposta de não olhar somente as mazelas apresentadas por Huizinga, afirma que o período da considerada Baixa Idade Média não seria um outono, como pensou o neerlandês, mas sim, uma primavera dos tempos modernos. Para responder essas questões, então ele muda de foco, saindo da análise das mentalidades e detendo-se para a econômica, em que tentou a todo custo mostrar os erros que o primeiro historiador teria cometido.

Todavia, o fato é que na leitura do Sr. Wolff da obra de Huizinga parece não perceber ou desconsiderar qual a intenção do historiador do *Outono*. Já logo na primeira linha do prefácio Huizinga apresenta a sua proposta:

A História sempre tratou mais dos problemas de origem do que dos declínio e da queda. Ao estudarmos qualquer período estamos sempre a procura da promessa daquilo que o seguinte trará. Desde Heródoto, e mesmo antes, as questões que se nos impõe, tem estado relacionado com a ascensão de famílias, nações, reinos, formas sociais ou ideias. Desta forma a história medieval temos buscado tão diligentemente as origens da cultura moderna que parece por vezes que o período que chamamos de Idade Média pouco mais foi do que um prelúdio do Renascimento. Mas, na História como na natureza, nascimento e morte estão equilibrados em si. A decadência de formas de civilização em adiantado estado de maturação é tão sugestiva como o espetáculo de novas formas. E sucede ocasionalmente que um período em que se tenha especialmente procurado o nascimento de coisas novas se revela de súbito como uma época de declínio e de decadência (HUIZINGA, 1978, p. 07, grifos nossos).

É percebido por meio da citação acima que, Huizinga reconhece haver uma possibilidade de se pensar em um tempo primaveril para um período de declínio como foi o caso da Baixa Idade Média. Contudo, ele deixa claro que não é esse viés que ele pretende tomar. É preciso esclarecer tais pontos porque se percebe hoje uma leitura bem mais aplicada aos aspectos econômicos de Wolff e permanência de sua obra nas academias, à uma estigmatização aos da mentalidade propostos por Huizinga.

Perceba bem, que o problema aqui, não é qual aspecto que o historiador irá se debruçar para entender a Baixa Idade Média. O que deve ser feito é compreender que a crítica de Wolff a Huizinga não parte da mesma igualdade metodológica, uma vez que o segundo, diz reconhecer que pode haver sim uma história voltada para entender o período de “*promessa daquilo que o seguinte trará*”.

É trabalho do historiador olhar a história como ela de fato foi, não vendo somente o que ele quer ver. O que acontece para os períodos da Baixa Idade Média, na historiografia atual, é como fez Wolff, tentar mostrar que esse período de sua análise, mas benefícios do que malefícios. De fato o período em questão teve benefícios, isso se comprova obviamente, pela continuidade da linha histórica da população europeia. Contudo, os próprios contemporâneos viam aquele momento como o fim do mundo. Descrito nas palavras de Petrarca, poderemos ver que a análise de Huizinga é totalmente válida:

Vivo, mas indignado, porque o destino me reservou os séculos mais tristes e os mais piores anos. Deveria ter nascido antes ou muito tempo depois, pois houve e haverá, depois, um tempo mais feliz; o que existe no meio é sórdido. Em nosso tempo só se vê confluir a torpeza; uma sentina de males nos torna enfermos; o talento, a virtude e a glória têm abandonado o mundo, e, em seu lugar, reinam a fortuna, a volúpia e a desonra (PETRARCA apud RUÍZ GÓMES, 1998, p.47).

Nesse sentido, podemos perceber que a Baixa Idade Média, foi um momento difícil, e é papel do historiador apontar essas dificuldades historicamente. O que não pode acontecer é estender esse período de dificuldades para toda a Idade Média.

Ao penetrarmos nas entranhas de *O Decameron* iremos aos poucos também adentrar pelas portas do mundo medieval da Baixa Idade Média. Sempre na tentativa de delimitarmos o nosso objeto, sobre essas questões trabalharemos somente com a questão da visão dos homens do século XIV para a Igreja contemporânea. Aqui chegamos ao cerne de nossa pesquisa. Iremos por meio da historiografia de Huizinga e por meio da literatura histórica de Boccaccio, ver em quais pontos podemos perceber as marcas que o período deixou retratadas na obra.

De acordo com Huizinga, a Igreja da Baixa Idade Média vê o sagrado em declínio. Pelo fato de a vida cotidiana temporal e a espiritual estarem muito ligadas, essa última torna-se banalizada (HUIZINGA, 1978). Não que o local sagrado, ainda que existisse, porém, os indivíduos não estavam o respeitado tanto como anteriormente. Segundo o próprio autor, tornava-se muito comum que os rapazes e as moças utilizassem a igreja como ponto de encontro entre eles⁵.

Já mencionamos quanto barulho faziam durante a missa pessoas que blasonavam de ser mais polidas do que as outras. O uso de fazer da igreja um ponto de reunião de rapazes e moças era tão universal que só os moralistas se escandalizavam com isso (HUIZINGA, 1978, p. 149).

Para além dessas afirmações apontadas por Huizinga, há quem diga que as igrejas foram alvos de prostitutas⁶. Para entender essas questões levantadas pelo historiador, devemos compreender a Igreja no âmbito institucional. Pois só assim perceberemos o quanto para o século XIV essa instituição não é tão bem aceita como em momentos anteriores. E pensá-la como instituição é justamente ver o aspecto que ela assumiu após a queda do Império Romano. Nesse momento (século V) o seu poder enquanto instituição é grande, uma vez que, não se tem mais o Estado Romano organizando a sociedade. Porém, no século XIV, já possuímos um Estado que vem fortalecendo desde o império de Carlos Magno, entrado em confronto com o poder institucional eclesiástico⁷ sucessivamente.

Ora, uma instituição só permanece no poder porque os indivíduos a legitima. Agora se começa a falhar constantemente ou, não atende mais os interesses individuais do grupo que a valida, paulatinamente, ela vai sendo desacreditada, perdendo sua credibilidade. O desrespeito perante a instituição passa a operar. A Igreja nesse momento histórico (século XIV) começa a enfrentar obstáculos. Ela não está mais sendo tão bem aceita pela sociedade de forma geral dentro desse processo de transformação social. As sucessivas pestes e calamidades sociais, a guerra, o poder dos reis⁸, agora o poder da Inquisição⁹ faz com que os indivíduos desse período se aborçam com as autoridades eclesiásticas.

Essas intrigas sociais da Baixa Idade Média entre o clero e a população, são notadas também na literatura boccacciana. “*O Trespasse de um pecador*” nome dado posteriormente à novela inaugural da primeira jornada de *O Decameron*. Essa novela descreve a história da morte de um homem, Ciappelletto, cujas procedências e condutas de vida eram as piores possíveis. Descreve o quanto esse homem se dava bem em tudo o que fazia, na medida em que trapaceava. Não possuía afeto nem mesmo por pessoas mais próximas, uma vez que, a dor alheia lhe causava prazer:

Tinha também grande prazer, e a ele se dava com entusiasmo, em fazer surgir entre amigos, parentes ou quaisquer outras pessoas, infelicidades, escândalos e ódios; e quando mais catástrofes via resultarem disso, mais se alegrava. [...] Ele era o pior homem que já apareceu sobre a terra (BOCCACCIO, ibidem, p. 30 grifos nossos).

A novela gira em torno de como uma pessoa desregrada como Ciappelletto (personagem principal), consegue a absolvição de todos os seus pecados, na medida em que era acreditava-se que nenhum padre ou frade poderia absolvê-lo e ainda por cima consegue a

canonização, logo após a sua morte enganando a Santa Igreja: “Em vida ofendi tanto o Senhor, que nas vésperas da minha morte, um pecado a mais não fará grande diferença (Ibidem, p. 32)”.

Essa pequena análise se faz ainda mais importante para compreendermos que não é a pessoa literata de Boccaccio que é contra a Igreja, que adentra nos espíritos renascentistas já logo no século XIV, mas sim, de toda uma mentalidade da sua contemporaneidade que o fazia escrever dessa maneira. É próprio de o seu período pensar que a ideia de fornicação não deve ser liberada só para homens, que o clero deve ser questionado; deve-se colocar em cheque pureza de seus membros, etc. Segundo Heller:

Boccaccio não era herege; não desejava substituir a religião prescrita pela Igreja por outra religião verdadeira, não pretendia codificar uma fé nova, melhor e mais pura, ou organizar um movimento, não procurava, enfim, a reforma da Igreja – de fato não pretendia absolutamente nenhum tipo de codificação (1982, p. 57).

Segundo a autora deve-se acrescentar, categoricamente, que estas desdenhosas opiniões privadas não incomodavam a Igreja contemporânea, mesmo quando eram enunciadas por pessoas colocadas em altos cargos eclesiásticos.

Conforme Huizinga, a profanação da prática religiosa diária não tinha limites (2010). O autor afirma que nem mesmo as festividades mais sagradas estavam sendo respeitadas. A mentalidade que outrora era capaz de manter uma vida ascética na população medieval estava em declínio. Nas palavras de Huizinga:

As festas mais sagradas, até mesmo a noite de Natal, são passadas em devassidão, com jogos de cartas, injúrias e linguagem escandalosa; se admoestado, o povo alega que os grandes senhores, o alto e o baixo clero fazem o mesmo sem serem castigados. Nas vigílias dos feriados religiosos, as pessoas dançam dentro da própria igreja ao som de canções libertinas (HUIZINGA, 2010, p. 261).

O que Huizinga nota em um contexto mais geral para a Europa, Boccaccio descreve da vida florentina, mostrando que nada mais é do que as práticas cotidianas dos seus contemporâneos. Quando o novelista afirma em seu prefácio que havia pessoas que:

[...] afirmavam que eram remédios eficazes, para tamanho mal, o beber em abundância, o gozar intensamente, o ir cantando de um lado para outro, o divertir-se por todas as formas, o satisfazer o apetite fosse lá do que fosse, e o rir e o zombar do que acontecesse, ou pudesse acontecer. Como diziam, assim faziam, da maneira que lhes tornasse possível, de dia e de noite. Ora iam a uma taverna, ora iam a outra. Bebiam sem modos e sem comedimento. [...] Em meio a tanta aflição e a tanta miséria da nossa cidade, a reverenda autoridade das leis, tanto divinas, como humanas, caíra e dissolvera-se (BOCCACCIO, 1956, p. 28-9).

Nessas duas citações supracitadas está a intenção de nossa análise. Se concluindo da medida em que demonstramos que, tanto a historiografia, quanto a literatura caracterizam o período do século XIV como um século de dificuldades. Deve-se ressaltar, porém, que tal perspectiva não é ruim. Aliás, criar juízos de valores sobre o passado é ruim. O passado em si é inexoravelmente impassível de julgamento.

Ora, devemos ter em mente que Boccaccio já vem de uma realidade em que, ainda que não se abjurasse o poder divino, seu pai, se não questionava a Igreja em si, pelo menos não o respeitava ao pé da letra os seus mandamentos, na medida em que era comerciante. O comércio era uma prática proibida pela Igreja medieval, uma vez que fazia com que os homens se tornassem usurários¹⁰. Isso permaneceria direta ou indiretamente nas obras de Boccaccio que não seguiu os desejos do seu pai, preferindo cultivar o talento literário ao invés do comércio.

Essa opção contrária aos desejos do seu pai fez com que Boccaccio necessitasse se suprir por conta própria. Se é visto com Huizinga que muito facilmente se atraía a atenção das pessoas com um discurso anticlerical, porque não podemos imaginar que Boccaccio poderia ter se utilizado dessas preleções facilmente para proliferar suas obras e dessa maneira expressar de forma tão grandiosa a mentalidade do seu tempo histórico?

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Tradução Jurandir Malerba – Maringá: Eduem, 2004.

BURKE, Peter, *A Escola dos Annales (1929-1989)*. A revolução Francesa da Historiografia. Tradução Nilo Odalia. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BOCCACCIO, Giovanni. *Decameron*. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 317. volume I.

_____. *Decameron ou Príncipe Galeotto*. Tradução e Introdução Urbano Tavares Rodrigues. Belo Horizonte: Crisálida Livraria e Editora, 2005.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. In: file:///C:/site/livros_gratis/manifesto_comunista.htm Data de Acesso: 01/07/2001 23:31:58.

OLIVEIRA, Terezinha. TOMÁS DE AQUINO E O ENSINO E FINALIDADE DE VIRTUDES SOCIAIS: piedade e respeito sob o olhar da história da educação. In: *Leituras e imagens da Idade Média*. (Organizadoras: Terezinha Oliveira; Angelita M. Visalli, Eduem: Maringá, 2011.

HELLER, Agnes. *O homem do renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

BLOCH, Marc. *Introdução a História*. Tradução de Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. 2a. ed. Lisboa: Europa-América, 1974.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Tradução José Rivair de Macedo. Bauru: Edusc, 2005.

_____. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: 70, 1986.

_____. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução Marcos de Castro. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2006.

LE GOFF, Jaques et all. *A história nova*. Trad. São Paulo; Martins Fontes, 1993.

OLIVEIRA, Terezinha. *Considerações sobre o caráter histórico da Escolástica*. In: Luzes sobre a Idade Média. Org. Terezinha Oliveira. Maringá: Eduem, 2002.

HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos*. Tradução de Francis Petra Janssen. São Paulo: CosacNaify 2010.

¹ Esse conceito de excluído nos trouxe muitos problemas ao decorrer desse trabalho. Temos em mente que não há o excluído de fato, uma vez que se pensa nas relações. Excluídos de que? Excluídos para quem? Esse conceito é muito relativo, portanto, deve-se empregá-lo com cuidado para não evitar equívocos e anacronismos.

² De acordo com Terezinha Oliveira em: *TOMÁS DE AQUINO E O ENSINO E FINALIDADE DE VIRTUDES SOCIAIS: piedade e respeito sob o olhar da história da educação*, ao se referir as críticas dos pensadores do Renascimento e dos pensadores do Iluminismo devemos compreender que ambos os períodos precisavam combater a Idade Média. Na medida em que essa se constituía um empecilho para a construção dos modelos que

pretendiam seguir a Idade Média era considerada como entrave. Os primeiros pretendiam tornar o homem o epicentro de tudo, portanto a ideia do teocentrismo era um obstáculo para tal intento. Os segundos buscando a construção de uma sociedade em que as forças do Antigo Regime fossem dizimadas, buscaram a destruição do aspecto mais 'sagrado' para o período medieval, a Igreja. Para maiores informações a respeito desse olhar, ler mais detalhadamente o artigo citado.

³ Foi utilizado tais termos com a intencionalidade de fazer menção a obra da historiadora Régine Pernoud, *Luz sobre a Idade Média*. Obra em que a autora desconstrói categoricamente a ideia de *Black Age*.

⁴ A obra em questão de Philippe Wolff é: *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos* (1988) em que buscaria fazer uma releitura da obra de Johan Huizinga *O outono da Idade Média*. Ambas tratam do período que a historiografia considera como Baixa Idade Média.

⁵ Na primeira novela de Boccaccio o encontro entre as sete moças e os três rapazes se dá dentro de uma Igreja. O novelesco também mostra a trivialidade de se reunirem dentro da Igreja após as missas para tratarem de assuntos do cotidiano: “Reunidas, não por entendimento prévio, e sim por acaso, numa das dependências da igreja, elas se sentaram quase em círculo. Depois de vários suspiros, e de terminada a recitação dos padre-nossos, puseram-se a conversar entre si, sobre as condições do tempo e sobre outras coisas mais (BOCCACCIO, 1956, p. 32). É interessante tomar nota de outro momento, no qual Boccaccio relata a entrada dos rapazes na Igreja: “Enquanto estas conversações se desenrolavam entre as mulheres, eis que três moços assim, a ponto de ser de menos de vinte-e-cinco anos a idade do mais jovem deles. Neles a perversidade do tempo, a perda dos amigos, o desaparecimento dos parentes, o medo de si próprios, não tinham conseguido, já não digo apagar, mas sequer esfriar, os impulsos do amor (BOCCACCIO, 1956, p. 33, grifos nossos).

⁶ É interessante notar que o simbolismo de sagrado não estava mais presente de forma vigorosa nas Igrejas da Cristandade do final da Idade Média. Segundo Jeffrey Richards em sua obra: *SEXO, DESVIO e DANAÇÃO: As minorias na Idade Média*, a Igreja Medieval por muitas vezes foi alvo de busca das prostitutas: “As prostitutas procuravam fregueses nas tavernas, praças, casas de banhos, até mesmo nas igrejas” (RICHARDS, 1993, p. 121).

⁷ Cf. Terezinha Oliveira em seu artigo *O debate político acerca da separação dos poderes no Ocidente medieval: a atuação dos intelectuais*, o debate político começa a ganhar face na história da Europa a partir do momento em que “a vida e as questões vitais da sociedade passaram a ser eminentemente cidadinas” (OLIVEIRA, 2007, p.236).

⁸ Marc Bloch tem uma obra de fundamental importância para compreender a importância do poder do rei nessa esfera: *Reis e Taumaturgos*.

⁹ Cf. Terezinha Oliveira: “Deve-se observar que o surgimento da Inquisição [...] constitui um indício de que as formulações da Escolástica não estavam mais sendo encaradas como a expressão das questões dos homens. Por isso, não eram aceitas de modo pacífico por eles. Surge, então, a necessidade de se impor pela fora o que até aquele momento era naturalmente aceito, verificando-se, assim, a transformação dessas mesmas formulações em dogmas” (OLIVEIRA, 2002, p. 48).

¹⁰ Para maiores referências ler a obra *A bolsa e a vida: economia e religião da Baixa Idade Média* de Jacques Le Goff.